

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1691 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 10 de Março de 2015 Publicação: Quarta-feira, 11 de Março de 2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP N. 4 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o acesso aos registros taquigráficos e audiovisuais das sessões de julgamento.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 11.463/2014,

RESOLVE:

Art. 1º O acesso aos registros taquigráficos e audiovisuais das sessões dos órgãos julgadores do Superior Tribunal de Justiça fica disciplinado por esta instrução normativa.

Art. 2º Após o apanhamento taquigráfico, a Coordenadoria de Taquigrafia deverá disponibilizar às unidades vinculadas ao julgamento, via sistema informatizado, as notas taquigráficas com a indicação “não revisadas” e os registros audiovisuais das sessões de julgamento.

§ 1º Para os efeitos desta instrução normativa, são considerados unidades vinculadas ao julgamento: os gabinetes de ministro, as coordenadorias da Secretaria dos Órgãos Julgadores, a Secretaria de Jurisprudência e a Secretaria de Comunicação Social.

§ 2º O sistema informatizado conterá dispositivos que possibilitarão o acesso restrito e/ou irrestrito às notas taquigráficas pelas unidades vinculadas ao julgamento.

§ 3º O acesso aos processos em segredo de justiça e aos procedimentos de investigação criminal com publicidade restrita será exclusivo do ministro relator e da coordenadoria do respectivo órgão julgador, salvo se o relator estendê-lo expressamente a outras unidades vinculadas ao julgamento mediante compromisso de confidencialidade.

Art. 3º O fornecimento de cópias de notas taquigráficas e do conteúdo das gravações de áudio e vídeo ao público interno e ao externo poderá ocorrer somente com a prévia e expressa autorização do presidente do respectivo órgão julgador.

Art. 4º Fica vedada a divulgação interna e externa de despachos, relatórios e votos antes de publicada a decisão pelo órgão de divulgação oficial, exceto mediante autorização expressa do ministro relator.

Art. 5º Os gabinetes de ministro e as coordenadorias da Secretaria dos Órgãos Julgadores, sempre que possível, remeterão à Coordenadoria de Taquigrafia os

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1691 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 10 de Março de 2015 Publicação: Quarta-feira, 11 de Março de 2015
Índices referentes aos processos que serão julgados, de forma a contribuir para a celeridade da produção e do envio das notas taquigráficas por meio de sistema informatizado.

Art. 6º As sessões de julgamento do Plenário, da Corte Especial, das seções e das turmas poderão, a critério do respectivo presidente, ser transmitidas no todo ou em parte via intranet, internet e televisão, observadas as disposições legais quanto aos processos em segredo de justiça.

Art. 7º Os arquivos em mídia digital encaminhados a este Tribunal nos processos eletrônicos serão convertidos em texto pela Coordenadoria de Taquigrafia mediante determinação do ministro relator.

§ 1º A Coordenadoria de Taquigrafia informará ao relator a viabilidade técnica de gravação das mídias e o prazo de entrega.

§ 2º O taquígrafo responsável pela gravação firmará compromisso de confidencialidade quanto ao conteúdo dos arquivos que lhe forem confiados.

Art. 8º Fica revogado o [Ato n. 259 de 30 de novembro de 2005](#).

Art. 9º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FRANCISCO FALCÃO